Pelas razões acima expostas, julgo PROCEDENTE o recurso administrativo interposto pela imigrante, para promover a isenção da multa que lhe foi imposta por meio do AUTO DEINFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO n° 183\_00602\_2018 em epígrafe, com fulcro nos dispositivos legais supracitados e demais documentos apresentados, comprovando as suas alegações.

Importante salientar, no entanto, que subsiste integralmente o respectivo TERMO DENOTIFICAÇÃO n° 183\_00472\_2018 que determina que ela deixe o país voluntariamente ouregularize sua situação migratória no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua ciência,conforme previsto no artigo 109, II, da Lei nº 13.445/2017 e no artigo 307, II, do Decreto nº9.199/2017, sob pena de DEPORTAÇÃO, nos termos dos artigos 50 a 53 da Lei nº 13.445/2017 eartigos 187 a 191 do Decreto nº 9.199/2017.

Publique-se a ementa desta decisão no sítio eletrônico da Polícia Federal, nostermos do artigo 309, § 7º, do Decreto nº 9.199/2017, bem como comunique-se, se possível por meio eletrônico, o defensor da interessada.

FERNANDA GOLIN NOGUEIRA

Delegada de Polícia Federal

Chefe da DELEMIG/DREX/SR/PF/SP